



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO SUL

Ata 022/06

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e seis, reuniram-se na Câmara Municipal de Vereadores de Salvador do Sul, sita a Avenida Duque de Caxias, nº 422, em Sessão Extraordinária, os vereadores Élio José Steffens, Paulo Zílio, Clarina Elisabeta Klein Rinaldi, João Canísio Hoffmann, Remo Roesler, Ricardo José Graff, Marco Aurélio Eckert, Elaide Petry Loff, Sueli Camillo Reichert. Às dezoito horas e trinta minutos o Presidente da Mesa, vereador Élio José Steffens, deu abertura a Sessão Ordinária saudando os presentes, e solicitou a secretária Elaide que fizesse a chamada. Em seguida o presidente Élio passou à apreciação dos projetos de Lei. Projeto de Lei Nº 047/06 – Estabelece prazos para pagamento do IPTU e das TSU, referente ao exercício de 2007. Posto em discussão o presidente concedeu a palavra ao vereador Paulo Zílio que abriu mão do seu tempo de vistas para que o projeto entrasse em votação. O vereador falou que se informou e comprovou que realmente se pagava mais do que se ganhava descontado, porém descobriu e foi lhe explicado que isso se deve a fatores como realização de obras, como ampliação ou somente melhorias em certos prédios, casas, entre outros e com relação as taxinhas de lixo e outras são anualmente reajustadas conforme a inflação anual que é obrigatório. Como suas dúvidas foram esclarecidas não precisava mais do tempo de vistas, por isso abriu mão dele para que o projeto fosse votado nesta sessão. Posto em votação. Projeto aprovado por unanimidade. Projeto de Lei Nº 050/06 – Autoriza abertura de Crédito Suplementar até o limite de mais 10% (dez por cento) da despesa total fixada para o exercício de 2006. Aprovado por 4 votos favoráveis, 01 voto contra do vereador Marco Eckert e 03 abstenções dos vereadores Paulo, Elaide e Sueli. Após a votação o vereador Canísio pediu a palavra e falou que para o próximo ano gostaria que esse tipo de situação fosse mais esclarecida, pois se os vereadores aprovarem a LDO e o próprio orçamento subentende-se que aquilo esteja sendo cumprido, por isso entende que se é feito algum remanejamento em relação ao orçamento os vereadores tem o direito de saber da onde vai sair e pra onde vai. Por que do contrário no final do ano o orçamento e a própria LDO, aprovada pelos vereadores, se torna uma colcha de retalhos, pois não se sabe mais se o que realmente foi aprovado está sendo cumprido ou não. Após o presidente, Élio, finalizou convidando a todos para a próxima Sessão Ordinária dia doze de dezembro do corrente ano às dezenove horas e trinta minutos na Linha São Francisco.

Remo Roesler, Marco Aurélio Eckert, Sueli Camillo Reichert, Élio José Steffens, Ricardo José Graff, Elaide Petry Loff